



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

ANEXO I-A – do PO 1/2023 – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: Contratação de serviços terceirizados de serviços de Vigilância Armada para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, compreendendo o fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos e equipamentos de proteção individual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

1. Necessidade do demandante

A descentralização das atividades da Administração Pública Federal iniciou-se em 1967 por meio do Decreto-Lei 200. A seu turno, a Lei 5.645/1970 indicou algumas atividades que deveriam ser objeto de execução indireta (parágrafo único do artigo 3º posteriormente revogado pela lei 9.527/1997) e a contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra foi regulamentada, de início, pelo Decreto 2.271/1997 e atualmente é disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018 combinado com a Portaria nº 443/2018 do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O artigo 3º, parágrafo 1º desse último Decreto dispõe que no âmbito da Administração Pública Federal as atividades materiais auxiliares, instrumentais ou acessórias aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão poderão ser objeto de execução indireta.

Produzem também efeitos diretos na duração razoável do processo, na medida em que permitem condições ideais de trabalho, pois permite que servidores e magistrados se concentrem na entrega da missão Institucional, ou seja, solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional, sem a preocupação com a própria segurança ou de terceiros.

O Tribunal não possui, no seu quadro de pessoal, força de trabalho suficiente para atender à demanda de vigilância armada.

Este Tribunal possui as seguintes contratações vigentes de serviços terceirizados de vigilância armada:

GRUPO 1 – Polo Cascavel – CT 16-2018, com a empresa Ingá Vigilância Ltda. - EPP (PO 001-2018, Vetur). O 13º Termo Aditivo promoveu a prorrogação da vigência contratual por 12 meses a partir de 20-04-2022. Dessa forma, o prazo do CT 16-2018 termina em **19-04-2023**.

GRUPO 2 – Polo Curitiba – CT 60-2018, com a empresa Master Vigilância Especializada SS Ltda.. O 21º Termo Aditivo promoveu a prorrogação da vigência contratual por 12 meses a partir de 11-10-2022. Dessa forma, o prazo do CT 60-2018 termina em **10-10-2023**.

GRUPO 3 – Polo Londrina e Maringá - CT 15-2018, com a empresa Adservig Vigilância Ltda.. O 20º Termo Aditivo ao CT 15-2018 promoveu a prorrogação da vigência contratual por 12 meses a partir de 04-04-2022. Dessa forma, o prazo do CT 15-2018 termina em **03-04-2023**.

Tendo em vista a previsão de término das contratações vigentes nas datas indicadas, a presente contratação destina-se à continuidade do atendimento das necessidades já existentes no Tribunal.

2. Descrição dos requisitos da contratação

- Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade estão no Termo de Referência, em anexo.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- De acordo com a Instrução Normativa nº. 05/2017, classificam-se como continuados os serviços cuja necessidade de contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro e continuamente, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, portanto, os serviços de vigilância, objeto da presente contratação, preenchem os requisitos estabelecidos para serem tipificados como contínuos.

- A Contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em particular:

I - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 04/2016;

II - não ter sido condenada (a contratada ou seus dirigentes) por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

a) Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;

b) Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;

c) No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);

d) Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

e) No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);

f) Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

g) No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- Não haverá necessidade de transferência de conhecimento.

- Em relação às soluções disponíveis, esclarecemos que a utilização de câmeras de monitoramento não alcançaria os resultados pretendidos com a presente contratação. Da mesma forma, considerando a necessidade de atuação do vigilante na proteção ao patrimônio e a pessoas, a vigilância desarmada não seria efetiva perante os riscos verificados, uma vez que sem arma o vigilante poderia ficar à mercê das mais diversas situações de perigo.

- O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da lei 8.666/1993.

- A Resolução CSJT 310/2021, que aprova o Guia de Contratações Sustentáveis para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, prevê a seguinte diretriz, referente a cotas de gênero:

“A contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:

- *Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;”*

Contudo, esta equipe de planejamento da contratação consultou o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná - SINDESP-PR a respeito de quais são os percentuais de vigilantes homens e mulheres no Estado do Paraná. O SINDESP-PR respondeu que: *“No Paraná temos conforme informações de RAIS 2020 92,57% homens” e “7,43% mulheres”.*

Entende-se por isso que a referida diretriz da Resolução CSJT 310/2021 não pode ser aplicada como requisito para a presente contratação, de serviços terceirizados de vigilância, haja vista a estatística



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

por gênero dos profissionais de vigilância no Estado do Paraná apontar que, aproximadamente, a cada 10 vigilantes, 9 são homens e 1 mulher. Assim, caso fosse exigida na licitação o cumprimento de cota de gênero de no mínimo 50% de pessoas do sexo feminino, seria muito provável a inexistência de empresas licitantes que atendessem esse requisito, resultando em licitação deserta ou fracassada.

Justifica-se, portanto, a impossibilidade de observância da diretriz constante no Guia de Contratações Sustentáveis, na forma do art. 2º, § 2º, da Resolução CSJT n. 310/2021.

3. Levantamento de mercado, com prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções

Com a publicação da Emenda Constitucional 95/2016, a nomeação de servidores tornou-se mais difícil, uma vez que nos termos do artigo 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, está vedada a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, bem como a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias. Assim, direcionar servidor para a execução de serviços de vigilância impediria a nomeação de outro servidor que poderia atuar diretamente na área judiciária (área fim).

Tampouco seria economicamente viável que o serviço fosse prestado por servidor, posto que o técnico judiciário que ingressa hoje possui remuneração no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em relação às soluções disponíveis para a operacionalização de serviços de vigilância armada, uma contratação por demanda não seria a mais adequada porque esses serviços não são sazonais, ao contrário, as necessidades da Corte nessa área são permanentes.

Por isso, justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilância Armada, uma vez que economicamente continua sendo mais vantajoso do que a prestação de serviços por servidor do quadro do Tribunal. Além disso, o próprio Decreto 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão permitem a terceirização de tais serviços.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Vigilância Armada, por meio de terceirização, via posto de trabalho com dedicação exclusiva.

Finalmente, cabe ressaltar que outros órgãos da Administração Pública adotam soluções semelhantes que o TRT 9 pretende contratar, como, por exemplo: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE PR), Ministério da Saúde - Núcleo Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Pato Branco, Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - DF.

4. Descrição da solução escolhida e justificativa técnico-econômica

Contratação de serviços terceirizados de serviços de Vigilância Armada para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, compreendendo o fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos e equipamentos de proteção individual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos documentos que instruem a presente contratação.

Saliente-se que a Instrução Normativa 5/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dispõe em seu artigo 8º que poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

administrativo e o seu artigo 9º, inciso IV, dispõe que as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade não serão objeto de execução indireta da Administração Pública.

Uma vez que não há no quadro de pessoal do Tribunal cargo especializado com as atribuições requeridas, a terceirização é indicada para a execução de serviços de vigilância armada. Considera-se, ainda, que serviços de vigilância armada com mão de obra residente estão inseridos na gestão dos recursos humanos colocados à disposição do Tribunal, na medida em que os trabalhadores terceirizados são a força de trabalho auxiliar do Poder Judiciário e também estão enquadrados nos recursos orçamentários, uma vez que tal dispêndio deixa de impactar no orçamento de despesa com pessoal, conforme a atual política de reforma fiscal e orçamentária adotada no País, nos termos da Emenda Constitucional 95/16.

No mais, direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de vigilante é, conforme pesquisa de mercado, de: Vigilante 44 horas Diurno: R\$ 7.022,08; e Vigilante 12x36 horas Noturno: R\$ 14.604,26.

Caso o serviço fosse prestado por um técnico judiciário que entrasse hoje a remuneração seria no valor de R\$ 8.501,45, sendo R\$ 3.163,07 relativo ao vencimento e R\$ 4.428,30 de GAJ além do auxílio-alimentação de R\$ 910,08. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Em suma, entende-se viável a prestação de serviços de Vigilância Armada para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por meio de terceirização com dedicação exclusiva, e justifica-se a contratação de empresa especializada na prestação de tais serviços.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Grupo 01 – Polo Cascavel

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada		
Item	Especificação	Postos para contratação
1	Posto de vigilância armada 44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	13
Total		13

Grupo 02 – Polo Curitiba

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada		
Item	Especificação	Postos para contratação
1	Posto de vigilância armada 44 semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	19
2	Posto de vigilância armada 44 horas semanais diurnas LÍDER - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
3	Posto de vigilância armada 12 horas noturnas de 2ª feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas	2



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

4	Posto de vigilância armada SDF - 12 horas diurnas - sábado, domingo e feriado em turno de 12 horas	3
Total		25

Grupo 03 – Polo Londrina e Maringá

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada

Item	Especificação	Postos para contratação
1	Posto de Vigilância armada 44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	23
2	Posto de Vigilância armada 12 horas noturnas de 2ª feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas	1
Total		24

6. Estimativa do valor da contratação

Em relação à planilha de custo, utilizou-se o modelo recomendado na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e, em relação aos salários e benefícios, observou-se para os postos de vigilante o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (PR000324/2022).

As provisões de encargos trabalhistas dos empregados alocados na execução do contrato, relativas a férias (8,33% sobre a remuneração), 1/3 constitucional (2,78% sobre remuneração), 13º salário (8,33% sobre remuneração) e multa do FGTS por dispensa sem justa causa (3,50% sobre remuneração), bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc., conforme proposta da empresa e legislação aplicável) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário (percentual definido no contrato em função das normas legais específicas aplicáveis à empresa que vier a vencer a licitação), serão deduzidas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial, por força dos artigos 1º, parágrafo único, e 4º da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

Em relação aos Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

INSS: 20%, nos termos da Lei 8.212/91, artigo 22, I

Salário Educação: 2,5% nos termos do Decreto 87.403/82, artigo 3º, I

Seguro de Acidente de Trabalho: 6%, conforme a Lei 8.212/91, art. 22, II “b” e “c” (percentual máximo do FAP de 2% indicado pela previdência social, multiplicado pelo percentual de 3% de RAT)

SESC/SESI: 1,50% - Lei 8.036/90 artigo 30

SENAI/SENAC: 1,00% - Decreto-lei 2.318/86

SEBRAE: 0,60% - Lei 8.029/90

INCRA: 0,20% - Decreto/lei 1.146/70 art. 1º, I

FGTS: 8% - Lei 8.036/90, art. 15, e art. 7º, III da CF.

A Resolução 169/13 do Conselho Nacional de Justiça dispõe acerca da necessidade de provisionamento das verbas a título de 13º salário, férias, terço constitucional de férias, e multa do



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

FGTS, as quais também foram considerados na planilha de custos.

Quanto ao cálculo do Adicional Noturno, seguiu-se a Orientação Jurisprudencial 259 da SBDI-I, do Tribunal Superior do Trabalho, a qual prevê:

"259. ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO (inserida em 27.09.2002)

O adicional de periculosidade deve compor a base de cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco."

Haverá indenização do Intervalo Intra jornada, nos termos do art. 611-A da CLT e da cláusula 35ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (PR000324/2022). Dessa forma, o cálculo do intervalo intra jornada adotado na planilha de custos segue a seguinte fórmula: $=(Valor\ da\ hora\ trabalhada)*1,5(Hora\ extra)*(Número\ de\ horas,\ sendo\ meia\ hora\ por\ dia\ trabalhado)$, sendo que o valor da hora trabalhada inclui o adicional de periculosidade, bem como o adicional noturno, quando for o caso.

Insumos:

Para a obtenção dos valores de insumos: uniformes, equipamentos e equipamentos de proteção individual, efetuou-se pesquisa de mercado no Banco de Preços, no Painel de Preços e em sítios eletrônicos. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a média dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados.

7. Política de Distribuição da Força de Trabalho Auxiliar Terceirizada e Justificativa para o Parcelamento

Por meio do Ato 120/14, a Administração do Tribunal estabeleceu a política de distribuição da força de trabalho terceirizada de segurança e recepção para a lotação da força de trabalho auxiliar de modo equânime entre as unidades. Dispôs ainda no artigo 2º que a Política foi criada com o objetivo de atuação corretiva e preventiva de segurança e de garantir uma estrutura mínima de segurança às unidades judiciárias e administrativa, de acordo com sua complexidade e a disponibilidade de recursos institucionais, bem como otimizar o aproveitamento dos recursos humanos envolvidos nas atividades de segurança e recepção.

Anota-se que, para o Pregão Eletrônico PO 001/2018 – Vigilância, adotou-se a distribuição de postos em conformidade com o Memorando CSPT 148/2017, conforme fundamentação constante no respectivo documento Estudos Técnicos Preliminares (Anexo I-A do edital do Pregão PO 001/2018).

Para o Pregão em andamento, mantiveram-se os mesmos postos, com os quantitativos e lotação já definidos nos contratos de vigilância terceirizada vigentes, quais sejam CT 16-2018 – Polo Cascavel; CT 60-2018 – Polo Curitiba; e CT 15-2018 – Polo Londrina e Maringá, todos vinculados ao Pregão Eletrônico PO 001/2018.

Procedeu-se a uma redistribuição de algumas cidades por Polo, considerando-se sua maior proximidade com a cidade sede do Polo. Assim, as cidades de Bandeirantes, Cambé, Jacarezinho, Jaguariaíva, Santo Antônio da Platina e Telêmaco Borba passaram do Polo Curitiba para o Polo Londrina. Ao passo que as cidades Laranjeiras do Sul e Palmas passaram do Polo Curitiba para o Polo Cascavel.

Dessa forma, propõe-se o seguinte quantitativo de postos, por cidade e polo:

Polo Cascavel

Item	Unidade	Escala de Trabalho	Nº de postos
------	---------	--------------------	--------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

1	Assis Chateaubriand	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
2	Cascavel	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
3	Dois Vizinhos	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
4	Foz Do Iguaçu	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
5	Francisco Beltrão	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
6	Guarapuava	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
7	Laranjeiras do Sul	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
8	Marechal Cândido Rondon	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
9	Palmas	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
10	Pato Branco	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
11	Toledo	44 horas semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
TOTAL			13

Polo Curitiba

Item	Unidade	Escala de Trabalho	Nº de postos
1	Araucária	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
2	Campo Largo	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
3	Castro	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
4	Colombo	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
5	Curitiba 147	12x36h noturnas de 2ª feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes	1
6	Curitiba 147	SDF - 12 horas diurnas - sábado, domingo e feriado	1
7	Curitiba 400	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	4
8	Curitiba 400	LÍDER 44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
9	Curitiba 400	SDF - 12 horas diurnas - sábado, domingo e feriado	1
10	Curitiba 528	12x36h noturnas de 2ª feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes	1
11	Curitiba 528	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
12	Curitiba 528	SDF - 12 horas diurnas - sábado, domingo e feriado	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

13	Irati	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
14	Paranaguá	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
15	Pinhais	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
16	Ponta Grossa	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
17	São José Dos Pinhais	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
18	União da Vitória	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
TOTAL			25

Polo Londrina-Maringá

Item	Unidade	Escala de Trabalho	Nº de postos
1	Apucarana	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
2	Apucarana	12x36h noturnas de 2ª feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes	1
3	Arapongas	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
4	Bandeirantes	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
5	Cambé	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
6	Campo Mourão	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
7	Cianorte	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
8	Cornélio Procópio	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
9	Ivaiporã	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
10	Jacarezinho	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
11	Jaguariaíva	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
12	Londrina	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
13	Maringá	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	2
14	Nova Esperança	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
15	Paranavaí	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
16	Porecatu	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
17	Rolândia	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira,	1



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

		envolvendo 1 vigilante	
18	Santo Antônio da Platina	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
19	Telêmaco Borba	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
20	Umuarama	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
21	Wenceslau Braz	44h semanais diurnas - de 2ª a 6ª feira, envolvendo 1 vigilante	1
TOTAL			24

Parcelamento do objeto:

Conforme disposto no art. 7º, VII, da IN 40/2020, os Estudos Preliminares devem trazer “as justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável”.

Com base na experiência da contratação em vigor (Contratos 15-2018, 16-2018 e 60-2018), conclui-se que a divisão em 3 três lotes mostra-se mais adequada, por meio do Lote 1 - Polo Cascavel; Lote 2 - Polo Curitiba; e Lote 3 - Polos Londrina e Maringá.

A junção dos Polos Londrina e Maringá se mostra adequada, na medida em que as localidades abrangidas por Londrina e Maringá são bastante próximas e não acarretam dificuldades para a supervisão dos serviços pela empresa vencedora do certame. Além disso, percebe-se a existência de um equilíbrio no número de postos do Polo Curitiba (25 postos) em relação ao Polo Londrina e Maringá (24 postos).

A divisão do objeto amplia a competitividade e minimiza a possibilidade de licitação deserta, pois oportuniza o acesso de um maior número de empresas à participação do certame, uma vez que atenua as exigências de qualificação econômico-financeira, como, por exemplo, ter que observar a exigência de um patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação (§§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei 8.666/93) ou CCL de 16,66% do valor da contratação.

A divisão em lotes também facilita o gerenciamento administrativo e financeiro do contrato, uma vez que os riscos de o Tribunal ter que adotar medidas drásticas, como rescisão do contrato e contratação emergência, ficariam provavelmente restritos a um ou outro lote, não a todos eles. Tal risco é maior quando se tem um contrato de porte considerável, como seria o caso de um único contrato para atender todo o Estado.

Tampouco há perda de escala ao se dividir o objeto, pois não é possível se afirmar que a celebração de um único contrato, ao invés de três, representaria significativo ganho de escala, pois a maioria dos itens que integram a planilha de custos e formação de preços são calculados conforme diretrizes fixadas em leis tributárias, previdenciárias, trabalhistas, instrumentos normativos, convenções ou acordos coletivos de trabalho, etc.

Assim, entende-se que a divisão do objeto em 3 polos traz maior segurança e competitividade para a licitação como, também, facilita a fiscalização do contrato pelo Tribunal, que não tem de gerenciar quatro, mas três contratos e respectivos pedidos de repactuação, prorrogação, abertura e administração de conta vinculada, otimizando tempo na administração de tais serviços.

Dessa forma, opta-se por parcelar o objeto em 3 polos, composto pelas seguintes Unidades:

- **Polo Cascavel:** Assis Chateaubriand, Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Pato Branco e Toledo (11 cidades);



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

- **Polo Curitiba:** Araucária, Campo Largo, Castro, Colombo, Curitiba 147, Curitiba 400, Curitiba 528, Irati, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, São José Dos Pinhais e União da Vitória (11 cidades);

- **Polo Londrina e Maringá:** Apucarana, Araongas, Bandeirantes, Cambé, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procopio, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Maringá, Nova Esperança, Paranavai, Porecatu, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Umuarama e Wenceslau Braz (20 cidades).

8. Contratações correlatas ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação;

9. Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do TRT 9ª Região

Consta no Plano Estratégico do Tribunal de 2021-2026:

“PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO”

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS PLANEJADOS

“Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento”.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2023 – SLC – Secretaria de Licitações e Contratos, no processo Vetor 289688:

- **Vigilância Ostensiva – Polo Cascavel:** ID 8367018, item PLOA SIGEO 151102023000044;
- **Vigilância Ostensiva – Polo Curitiba:** ID 8367033, item PLOA SIGEO 151102023000046; e
- **Vigilância Ostensiva – Polo Maringá e Londrina:** ID 8367048, item PLOA SIGEO 151102023000045.

Finalmente, frise-se que não há política pública a ser atendida com a presente contratação.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

É inegável que as atividades de vigilância estão inseridas nos atributos de valor para sociedade, constantes no Planejamento Estratégico de 2021-2026 do TRT da 9ª Região (aprovado pela Resolução Administrativa 68/2021), pois a sensação de segurança proporciona um tratamento respeitoso aos integrantes da sociedade que transitam nas unidades judiciais para que possam exercer com tranquilidade o seu direito de ação, nos termos do artigo 5º, XXXV da Constituição Federal.

Produzem também efeitos diretos na duração razoável do processo, na medida em que permitem condições ideais de trabalho, pois permite que servidores e magistrados se concentrem na entrega da missão Institucional, ou seja, solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional, sem a preocupação com a própria segurança ou de terceiros.

Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

financeiros disponíveis, tem-se que direcionar um servidor para o serviço em questão não seria econômico na medida em que o custo médio de um posto de vigilante é de: Vigilante 44 horas Diurno: R\$ 7.022,08; e Vigilante 12x36 horas Noturno: R\$ 14.604,26.

Por outro lado, a remuneração do cargo efetivo dos servidores que exercem o cargo de técnico judiciário com especialidade de apoio em serviços diversos e que hoje exercem outras funções representa uma despesa mensal de no mínimo R\$ 8.501,45. O vencimento básico deste cargo é de R\$ 3.163,07, o que somado à gratificação de atividade judiciária (GAJ) no valor de R\$ 4.428,30 e ao auxílio alimentação de R\$ 910,08 totaliza a remuneração acima citada de R\$ 8.501,45. Isso sem considerar o cômputo do auxílio-saúde que pode ser de até R\$ 1.664,24 e de vantagens pessoais, tais como, Adicional de Qualificação, bem como há também a despesa de natureza previdenciária a ser desembolsada pelo Tribunal, além da necessidade de substituições para o gozo de férias ou outras ausências legais.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação se destina a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio de solução (terceirização ao invés da execução dos serviços por servidor público) mais eficiente e eficaz disponível.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão

Não serão necessárias adequações nas Unidades do Tribunal que irão receber os vigilantes, tampouco será necessária capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato, uma vez que este Tribunal já possui contratos semelhantes, CT 15-2018, CT 16-2018 e CT 60-2018.

12. Possíveis impactos ambientais

Não há a previsão de impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

13. Viabilidade ou não da contratação

Após este estudo preliminar, verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia da segurança de magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, assim como de terceiros que transitam por suas dependências. Com esta contratação, será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto, que é uma contratação viável. Será consignado a existência de orçamento disponível para a contratação.

Anexos

- CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) dos postos de vigilância armada a serem contratados;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2024, do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (PR000324/2022);
- Mapa de Riscos;
- Planilha da estimativa da despesa;
- Planilha modelo de custos, uniforme, equipamentos;
- Pesquisa de Preços;
- Tabela comparativa de preços.

Equipe de Planejamento da contratação:

MÁRCIO DOS SANTOS HIDALGO

FERNANDA DE ALMEIDA SANTANA

ADRIANO FERREIRA RAMOS